



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Prefeito

**RELATÓRIO**

**Senhor Presidente,**  
**Senhores Conselheiros,**  
**Senhor Procurador-Geral:**

Conferiu-me, este Plenário, a honrosa missão de atuar como Conselheiro-Relator das Contas do Prefeito Municipal de Manaus, exercício 2014, com vista à emissão de Parecer Prévio a ser apreciado por este Tribunal Pleno, as quais foram protocoladas nesta Corte de Contas e encaminhadas ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, em obediência ao inciso I do art. 20 da LC nº 06/91, c/c o § 1º do art. 29 da Lei nº 2423/96, bem como foram remetidas à Câmara Municipal de Manaus, em cumprimento ao artigo 9º da Lei Complementar Estadual nº 06/91.

A publicação dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais e seus anexos, ocorreu no Diário Oficial do Município de Manaus.

Com base no art. 147, § 8º, inciso I, da Lei Orgânica Municipal foi elaborada a Lei nº 1.830 de 30.12.2013, que trata do Orçamento Anual a qual estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Manaus para o exercício de 2014 em **R\$ 4.058.639.000,00 (Quatro bilhões, cinquenta e oito milhões, seiscentos e trinta e nove mil reais)**, apresentando a alocação dos recursos e mantendo a harmonia com os programas aprovados pelo PPA.

A Receita Arrecadada no exercício de 2014 alcançou o montante de **R\$ 3.914.902.190,78 (Três bilhões, novecentos e quatorze milhões, novecentos e dois mil, cento e noventa reais e setenta e oito centavos)**.

A Despesa Orçamentária realizada no total de **R\$ 3.785.748.045,25 (Três bilhões, setecentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)** em relação à fixada de **R\$ 4.058.639.000,00**



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Prefeito

**(Quatro bilhões, cinquenta e oito milhões, seiscentos e trinta e nove mil)**, evidencia uma economia orçamentário no valor de R\$ 272.890.954,75 **(Duzentos e setenta e dois milhões, oitocentos e noventa mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**.

Comparando os Créditos Orçamentários Arrecadados com os Créditos Autorizados, constata-se um **superávit de execução orçamentária na ordem de R\$ 129.154.145,53 (Cento e vinte nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos)**.

Foi investido o montante de R\$ 427.108.656,43 **(Quatrocentos e vinte e sete milhões, cento e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos)** em infraestrutura urbana e equipamentos, o que representou o equivalente a 10,91% da Receita Arrecadada do exercício.

O Balanço Financeiro está em conformidade com o artigo 103, da Lei nº. 4.320/64, cujo sua análise contábil permite apurarmos o **RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO**, que neste caso, verificou-se que a receita é maior que a despesa, resultando em uma **situação superavitária** no exercício financeiro na ordem de R\$ 129.154.145,53 **(Cento e vinte e nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos)**.

O saldo das disponibilidades financeiras de R\$ 577.902.860,54 **(Quinhentos e setenta e sete milhões, novecentos e dois mil, oitocentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos)**, indicam ser suficiente para honrar os compromissos ainda pendentes de pagamento (Restos a Pagar – Processados/Não Processados - R\$ 186.508.904,02 **(Cento e oitenta e seis milhões, quinhentos e oito mil, novecentos e quatro reais e dois centavos)**)).



**Estado do Amazonas**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão das Contas do Prefeito**

A Receita da Dívida Ativa arrecadada em 2014 foi de **R\$ 76.648.464,02 (Setenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dois centavos)**.

Nos termos do artigo 20, II, "c", da Lei Complementar n.º 101/2000, a Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo foi de **R\$ 1.413.645.342,63 (Hum bilhão, quatrocentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos)** correspondendo dessa forma, a 41,24% da Receita Corrente Líquida.

O Município de Manaus aplicou o montante de **R\$ 543.438.196,80 (Quinhentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, cento e noventa e seis reais e oitenta centavos)** o que corresponde a um percentual de 20,46%, no desempenho das Ações e Serviços de Saúde, ou seja, acima do limite mínimo obrigatório (15%) como prevê o art. 6º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

O Município de Manaus aplicou o montante de **R\$ 682.574.225,29 (Seiscentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos)** na Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, representando um percentual de 25,70% em relação ao **TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS**, demonstrando o cumprimento do limite estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

O Município aplicou o valor de **R\$ 416.690.929,60 (Quatrocentos e dezesseis milhões, seiscentos e noventa mil, novecentos e vinte nove reais e sessenta centavos)**, equivalente a 71,60% dos recursos oriundos do FUNDEB com a remuneração dos profissionais do Magistério, conforme determina o art. 22, Caput, da Lei nº 11.494/07;

O total das Operações de Créditos realizadas no exercício de 2014 alcançou o montante de **R\$ 71.422.539,09 (Setenta e um milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e nove centavos)**, correspondente a 2,00% da Receita



**Estado do Amazonas**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão das Contas do Prefeito**

Corrente Líquida, em consonância com o art. 55, inciso I, alínea “d” e inciso III, alínea “c”, anexo IV da Lei Complementar nº 101/2000, bem como o cumprimento da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal que estabelece o limite de 16% da Receita Corrente Líquida para as contratações de Operações de Crédito no exercício financeiro.

Portanto Senhores, esta é a síntese do Relatório Analítico, principalmente nas áreas da Lei de Responsabilidade Fiscal, Saúde, Educação, Previdência, Receita, Dívida Ativa e Dívida Pública, assim sendo passo a proferir o meu voto.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Prefeito

**VOTO**

O Regimento Interno desta Corte determina que *“O parecer prévio do Tribunal consistirá numa apreciação geral e fundamentada sobre os orçamentos e a execução financeira e sobre a gestão pública, à luz dos critérios da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, concluindo pela aprovação ou não das contas, e, se for o caso, indicando as parcelas impugnadas, os abusos e as irregularidades verificadas.” (art. 223 da Resolução nº 04/2002, de 23/05/2002 – TCE-AM).*

Segundo o Regimento Interno desta Corte, o Parecer Prévio será conclusivo e indicará, claramente, se os balanços gerais do Município de Manaus representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro, bem como se o resultado das operações encontram-se de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicada à Administração Pública (síntese do § 1º do art. 223 da Resolução nº 04/2002 de 23/05/2002 – TCE-AM).

Assim, o Relatório Técnico em que se fundamenta o **parecer prévio** a ser emitido sobre as contas municipais *sub examine*, relativas ao exercício de 2014, trazem ampla, detalhada e completa análise técnica dos atos e fatos de gestão registrados no Balanço Geral do exercício em tela, de modo a subsidiar o julgamento político de competência do Legislativo Municipal.

Ante o exposto, **CONSIDERANDO** que:

- os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram elaborados em consonância com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- as contas foram apresentadas tempestivamente;



**Estado do Amazonas**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão das Contas do Prefeito**

- os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, e demais elementos que integram a presente Prestação de Contas foram elaborados segundo os parâmetros legais e normativos aceitos para as demonstrações contábeis da área pública ( Lei Federal nº 4320/64);

- o percentual aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cumpriu o limite previsto na Constituição da República;

- o percentual aplicado nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, cumpriu o limite previsto na Constituição da República;

- o percentual gasto com Pessoal, cumpriu o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal;

- a competência para julgar as Contas Anuais apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Manaus é atribuída exclusivamente à Câmara Municipal, nos termos do artigo 23, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Manaus;

- as falhas de cunho técnico, apontadas nas Contas Anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, deverão ser corrigidas, segundo as recomendações contidas neste Voto, de modo a se adequarem à legislação pertinente, sob o aspecto formal;

- **o Parecer Prévio** emitido pelo Tribunal de Contas do Estado não afeta o exame dos atos e fatos administrativos de responsabilidade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, dos dirigentes de autarquias, fundações, sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, fundos especiais e dos demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos municipais, que serão objeto, em cada caso, de apreciação e julgamento por esta Corte de Contas, mediante Prestação e/ou Tomada de Contas, nos prazos regulamentares e nos termos do inciso II do art. 18 da Lei Complementar Estadual nº 06, de 22 de janeiro de 1991, combinado com o inciso II, do artigo 1º, da Lei 2.423, de 10 de dezembro de 1996;

- as Prestações de Contas de Convênios firmados com Órgãos Federais e Estaduais, em decorrência do que preceituam os arts. 71, inciso VI e 40, inciso V, das Constituições da República e Estadual respectivamente, estão ressalvadas desta apreciação;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Prefeito

- de acordo com o disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, esta Corte de Contas deve emitir Parecer Prévio, separadamente, sobre as Contas de Gestão Fiscal do Chefe do Poder Executivo e do Presidente do Poder Legislativo;

- o parecer do Ministério Público Estadual junto a este Tribunal, emitido pelo ilustre Procurador de Contas, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, sugere ao Plenário do TCE a emissão de parecer prévio recomendando ao Legislativo Municipal **a aprovação** da Prestação de Contas da Administração Municipal de Manaus, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto**, Prefeito Municipal, com RESSALVAS e RECOMENDAÇÕES, *ex. vi* do art. 1º, I da Lei 2.423/96;

Concordando em parte com as ressalvas sugeridas pelo Ministério Público de Contas, passo a proferir meu **VOTO**, sugerindo ao Egrégio Tribunal Pleno, na competência do art. 11, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, que:

**I. Na forma prevista nos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), emita Parecer Prévio favorável à regularidade da Gestão Fiscal, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo do Município de Manaus, Senhor Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, Prefeito Municipal.**

**II. Na forma prevista no artigo art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição da República de 1988; art. 127, da Constituição Estadual de 1989, com a redação dada pela EC nº 15/95; artigo 18, inciso I, da Lei Complementar 06, de 22 de janeiro de 1991; inciso I do artigo 1º e art. 29, da Lei 2.423, de 10 de dezembro de 1996 e § 1º, do artigo 223 da Resolução 04/2002, de 23 de maio de 2002, emita Parecer Prévio recomendando à Augusta Câmara Municipal de Manaus que aprove a Prestação de Contas do Governo do Município de Manaus, relativas ao exercício de 2014, de**



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Prefeito  
**responsabilidade do Senhor Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, Prefeito do**  
**Municipal de Manaus, com a seguinte ressalva e recomendações:**

Da Ressalva:

Que o Município de Manaus estabeleça um sistema de Transparência de dados orçamentários nos termos definidos pela Lei Complementar nº 131 de 2009.

Das Recomendações:

- a) Que o Município de Manaus dê efetivo cumprimento ao tratamento diferenciado, preferencial e simplificado para os pequenos negócios, conforme descrito nos parágrafos 14 e 15 e no art. 5º-A da lei 8.666/1993;
- b) Que o Município de Manaus proporcione uma cidade mais acessível aos seus moradores, através de políticas públicas eficientes da eliminação de barreiras físicas e comportamentais a mulheres grávidas, idosos, cegos, cadeirantes;
- c) Que o Município de Manaus adote um factível plano de tratamento de resíduos sólidos, com atenção transparente das atividades de terceirização dos serviços de coleta atendimento à legislação ambiental e destinação final adequada e lucrativa;
- d) Que o Município de Manaus estabeleça como prioridade – que deve ser – o ensino fundamental para crianças e jovens com idade entre 6 e 14 anos, de forma que ao fim desse ciclo o concludente possa ser capaz de compreender o mínimo de tecnologia, sistema político, ter domínio da leitura e do cálculo matemático básico, compreender o ambiente natural, o meio social em que vive (Lei nº 11.274/2006);
- e) Que o Município de Manaus estabeleça junto ao Estado do Amazonas, outras municipalidades regionais, União Federal, tanto nas administrações diretas e indiretas, um cruzamento de dados capaz de detectar a acumulação indevida de cargos, incompatibilidades e extrapolação de horários;
- f) Que o Município de Manaus proceda um levantamento e plano de regularização dos agentes que trabalham para o Município e não estão devidamente regularizados no regime Próprio de Previdência Social, com os repasses constitucionais devidos, tirando do limbo previdenciário milhares de trabalhadores temporários;





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão das Contas do Prefeito**

- g) Que o Município de Manaus, proceda demandas, em foro próprio, de forma a minimizar a renúncia de receita que decorre da contratação de prestadores de serviços situados alhures, que recolhem o ISS apenas nos municípios onde sediados;
- h) Que o Município de Manaus promova um sistema centralizado de licitações para administração direta, evitando a duplicidade de atividades de agentes; amplie o controle interno sobre o setor; dê transparência e acesso aos atos de licitação para facilitação do controle a ser realizado pelo controle interno, controle externo (TCE) e controle social; que as entidades da administração indireta estreitem o controle finalístico pelas secretarias afins, ou pelo governo central, de forma que as licitações e contratos por elas realizados sejam monitorados em todos os atos, também pelo controle interno central;
- i) Implementação de meios para uma eficiente arrecadação dos créditos lançados em dívida ativa como forma de aumentar a arrecadação;
- j) Redimensionar os critérios seletivos empregados na política de fomento às entidades do Terceiro Setor, no sentido de selecionar as entidades com maior capacitação e, conseqüentemente, os melhores projetos;
- k) Apresentar soluções a fim de reduzir a Dívida Consolidada, considerando que houve um crescimento da Dívida em relação ao exercício de 2013;
- l) Persistir na adoção de medidas para a substituição do pessoal temporário e terceirizado contratado para desenvolver atividades permanentes perante os órgãos da Administração Municipal;
- m) Que as Prestações de Contas do Município de Manaus contenham esclarecimentos objetivos sobre as recomendações feitas nos exercícios anteriores para que se possa avaliar o empenho da Administração em sanar as deficiências na gestão passada;
- n) Promover a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, nas escolas públicas, em especial nos imóveis locados para rede municipal de educação, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação;
- o) Alertar às Unidades Gestoras para que não se descure do aprimoramento e comprometimento indispensável no fornecimento de dados ao Controle Interno através do Departamento de Diretrizes e Elaboração Orçamentária, para que maior eficácia seja alcançada pelo Controle Interno;



**Estado do Amazonas**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão das Contas do Prefeito**

- p) Alertar que o eventual descumprimento das recomendações aqui lançadas, caso adotadas pelo Plenário desta Casa, ensejará a irregularidades da futura prestação de contas, nos termos do parágrafo 1º do art. 22 da Lei nº 2.423/96;
- q) O Município de Manaus deve estabelecer um sistema de controle interno conforme a *mens legis* da CR-88, sem a permanência de um órgão central de controle interno com exigência meramente formal, porque Controle Interno não se constitui em um órgão, apenas, é um processo integrado pela gestão central e servidores, estruturado para enfrentar riscos, fornecer segurança na persecução dos objetivos institucionais: execução ordenada, eficiente e eficaz das operações; cumprimento das obrigações de *accountability*, atendimento a leis e regulamentos; proteção dos recursos contra perdas, uso indevido e dano (INTOSAI).

É como voto.

**SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 16 de dezembro de 2015.

**JULIO CABRAL**

Conselheiro Relator



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Prefeito

**PROCESSO TCE Nº 1518/2015 (36 Volumes)**

**ASSUNTO:** Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Manaus, exercício de 2014

**RESPONSÁVEL:** Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto

**RELATOR:** Conselheiro JULIO CABRAL

**PARECER PRÉVIO**

**Ementa:** Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Manaus, Exercício de 2014. Parecer Prévio favorável, com ressalva e recomendações.

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunido nesta data, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição da República de 1988; art. 127, da Constituição Estadual de 1989, com a redação dada pela EC nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 06, de 22 de janeiro de 1991, arts. 1º, inciso I e 29 da Lei nº 2423/96, e § 1º, do artigo 223 da Resolução 04/2002, de 23 de maio de 2002, tendo discutido a matéria em exame nos presentes autos, acolheu o Relatório e o Voto do Conselheiro-Relator, e

**CONSIDERANDO** que:

- Diante do cuidadoso trabalho comparativo e concomitante efetuado pela Comissão de Assessoramento ao Conselheiro-Relator, bem como da não incidência de fatos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial que pudessem comprometer as Contas do Prefeito Municipal de Manaus, exercício de 2014, prestadas à Câmara Municipal, nos termos constitucionais e legais;

- A Elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi executada em consonância com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, portanto, compatível com as normas legais;

- Os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, e demais elementos que integram a presente Prestação de Contas foram elaborados segundo os parâmetros legais e



**Estado do Amazonas**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão das Contas do Prefeito**

normativos aceitos para as demonstrações contábeis da área pública (Lei Federal nº 4320/64);

- O percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, cumpriu o limite previsto na Constituição da República;

- O percentual aplicado nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, cumpriu o limite previsto na Constituição da República;

- O percentual gasto com Pessoal, cumpriu o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal;

- A competência para julgar as Contas Anuais apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Manaus é atribuída exclusivamente à Câmara Municipal, nos termos do artigo 23, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Manaus;

- O trabalho comparativo das determinações legais, constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal, com a situação dos Poderes e Órgãos do Município de Manaus em relação aos assuntos considerados na emissão do Parecer Prévio sobre a Gestão Fiscal, a saber: Relatórios de Execução Orçamentária e publicação, Receita Corrente Líquida, Demonstrativos dos Resultados Nominal e Primário, Receitas e Despesas Previdenciárias, Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital, Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, Restos a Pagar, Despesas com Pessoal e Dívida Consolidada, bem como a publicação do Relatório de Gestão Fiscal;

- O Parecer Prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, não prejudica o exame dos atos e fatos administrativos de responsabilidade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, dos dirigentes de autarquias, fundações, sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, fundos especiais e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos estaduais, que serão objeto, em cada caso, de apreciação e julgamento por esta Corte de Contas, nos prazos regulamentares e nos termos do inciso II, do art. 40 da Constituição Estadual, combinado com o inciso II, do art. 1º da Lei nº 2.423, de 10 de dezembro de 1996;

- o Parecer do Ministério Público Estadual junto a este Tribunal, emitido pelo ilustre Procurador de Contas, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, sugere ao Plenário do TCE a emissão de parecer prévio recomendando ao Legislativo Municipal **a aprovação** da Prestação de Contas da Administração Municipal de Manaus, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, Prefeito Municipal, **com Ressalvas e Recomendações**, ex. vi do art. 1º, I da Lei 2.423/96;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Prefeito

Considerando finalmente, a competência prevista no inciso I, do artigo 11 da Resolução nº 04/2002, ressaltando as Prestações de Contas decorrentes de recursos de Convênios firmados com órgãos federais em decorrência do que preceitua o artigo 71, inciso VI da Constituição da República.

**Por unanimidade, é de Parecer**, que a Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2014, do Governo do Município de Manaus, apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, ressaltando as prestações de contas de convênios, firmados com órgãos federais e estaduais em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts. 71, inciso VI e 40, inciso V, das Constituições da República e do Estado do Amazonas, está em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Manaus;

**Por maioria dos votos**, prevaleceu a ressalva e recomendações sugeridas no Voto do Conselheiro-Relator, e as recomendações constantes do Parecer Ministerial.

Vencidos os Conselheiros Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Junior, que votaram acompanhando o Ministério Público de Contas.

**SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**,  
em Manaus, 16 de dezembro de 2015.

**JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO – PRESIDENTE**

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR – VICE-PRESIDENTE**

-

**ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL – CORREGEDOR GERAL E RELATOR**

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

**MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO**

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA – PROCURADOR GERAL**

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA – PROCURADOR DE CONTAS**



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**Comissão das Contas do Prefeito**